



DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE A INVERSÃO DA PIRÂMIDE ETÁRIA NO BRASIL

WALKIRIA NASCIMENTO VALADARES DE CAMPOS; MARCIA MARIA DE MEDEIROS

RESUMO

Introdução: No Brasil, o envelhecimento da população está em evidência desde a década de 1950, e vem provocando fissuras nas variáveis demográficas visíveis nas representações gráficas da pirâmide etária populacional. A transição demográfica é um fenômeno global dinâmico decorrente dos avanços médicos, do declínio nas taxas de fecundidade e de mortalidade infantil à exceção de algumas nações. Na atualidade, apresenta-se como um grande desafio para os sistemas de saúde pública, da saúde suplementar, da assistência social, previdenciário prevendo um olhar mais arrojado do Estado e dos governantes no desenvolvimento de políticas públicas às pessoas idosas. **Objetivos:** Demonstrar que a velhice em si não deve ser associada a doença ou a um problema social e de saúde podendo ser vivenciado com bons níveis de saúde. **Métodos:** O estudo foi desenvolvido através de uma pesquisa bibliográfica em livros e artigos encontrados na Base de Dados do *Scientific Electronic Library Online (Scielo)*, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a temática. **Conclusão:** As políticas públicas desempenham um papel importante na superação dos desafios que o processo de envelhecimento impõe sobre os indivíduos e a sociedade e que há necessidade de organização e realocação de investimentos e dos recursos humanos na melhoria de vida das pessoas, beneficiando em termos relativos e absolutos este emergente segmento etário, não perdendo de vista às crianças.

Palavras-chave: Envelhecimento ativo; Estado; Longevidade; Transição demográfica; Velhice.

1 INTRODUÇÃO

Uma vida longa, antes de tudo é uma conquista valiosa para a humanidade. Contudo, os trabalhos que versam sobre o envelhecimento da população em escala global como um fenômeno universal começou a ganhar maior notoriedade recentemente, a partir da segunda metade do século XX, e são decorrentes da transição demográfica e epidemiológica que afetou/afeta às populações e contribuem para o processo de envelhecimento, à exceção de alguns países africanos devido à mortalidade por AIDS e em algumas nações recém-independentes (Organização Mundial de Saúde, 2005, p. 08; CHAIMOWICZ, 2013 p. 16).

A Organização das Nações Unidas (ONU) define “país envelhecido” quando a proporção de pessoas com 65 anos de idade ultrapassa 14%, afirmando que nas próximas décadas viveremos em um “mundo envelhecido”. As projeções apontam para um “Brasil envelhecido” próximo ao ano de 2032, quando os mais 226 milhões de brasileiros cerca de 32,5 milhões habitantes alcançarão 65 anos ou mais e, em 2060, este número ascenda

assustadoramente para 73 milhões, um aumento de 160% (Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, 2019).

Além disso, a OMS alerta para o fato de que, antes de 2050, a população global ultrapassará os atuais 841 milhões de habitantes para 2 bilhões de indivíduos com mais de 60 anos, tornando o bem-estar e as doenças crônicas novo desafios de saúde pública mundial (Nações Unidas no Brasil, 2014).

Portanto, o envelhecimento populacional é um fato inexorável, registrado em todas as partes do mundo, todos os países estão experienciando algum estágio dessa transformação sociodemográfica em ritmos, níveis ou dimensões temporais completamente diferentes em cada localidade (Lebrão, 2007; Chaimowicz, 2013, p.16; Pessini, 2003).

No Brasil, desenha-se um promissor cenário: já que a população com 60 anos ou mais anos segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2022 ultrapassou 32.113.190 (15,6%) de pessoas em 2023, um aumento de 56% em relação a 2010, quando era de 20.590.597 (10,8%). Destaca-se, o total de pessoas com mais de 65 anos (22.169.101) cerca de 10,9% da população, alta de 57,4% frente a 2010 ou seja 7,4% da população (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022).

Inquieta-nos, que ao mesmo tempo que comemoramos uma aspiração natural dos seres humanos, a longevidade, fechamos os olhos para o aumento das demandas e dos desafios impostos aos sistemas de saúde, da assistência social e da previdência. E, não há como desconsiderar a realidade das velhices no cenário brasileiro como síntese de múltiplos determinantes sociais, econômicos e ambientais da saúde frente as desigualdades sociais existentes.

Doravante, é imprescindível compreender que o processo de envelhecimento e os determinantes comportamentais podem e devem ser adotados para que se possa viver mais e com maior qualidade de vida como uma meta alcançável. E, que deve ser trabalhada tanto individualmente, incluir às famílias e os profissionais de saúde em conjunto com as políticas públicas passa a ser fundamental.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A realização dessa pesquisa deu-se através do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* Ensino em Saúde, Mestrado Profissional, da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS). Dessa forma, estudo foi desenvolvido através de uma pesquisa bibliográfica em livros e artigos encontrados na Base de Dados do *Scientific Electronic Library Online (Scielo)*, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a temática.

Para a busca dos artigos foram utilizados, os descritores: “transição demográfica”, “envelhecimento” e “políticas públicas”. Todo o material foi selecionado e analisado no mês de fevereiro e março de 2024. Quanto aos critérios de exclusão, dispensados os estudos que não responderam à temática ou não estavam gratuitamente disponíveis na sua integralidade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Não há, qualquer novidade nas mudanças demográficas no cenário atual brasileiro que já não tenham sido exaustiva e acertadamente explanada sobre a substituição sem precedentes, da população antes jovem por uma população envelhecida desde a década de 1950, demonstrando alterações nos quadros epidemiológicos, da qualidade de vida e nos limites biológico de vida da população e, que, causam efeitos contraproducentes no sistema de saúde pública e a saúde suplementar, da assistência social e previdenciário além de outros setores da sociedade (Veras, 2009).

Nesse sentido, Kalache; Veras; Ramos (1987 *apud* IBGE, 1982) foram assertivos nas suas ponderações ao afirmarem que, o que era uma conquista reservada à uma pequena parcela

da população passa a ser uma experiência possível a um número crescente de indivíduos em todo o mundo, mesmo que ocorra por mecanismos distintos. O “agrisalhamento da população brasileira” pode ser explicado por dois fatores-chave de sucesso: aos avanços na prevenção e no tratamento de doenças – garantindo o aumento da expectativa de vida e a redução nas taxas de fecundidade.

No Brasil, a expectativa de vida ao nascer evoluiu, destacando-se nessa seara as mulheres, o diferencial entre sexos, de 5,4 anos em 1940 elevou-se para 7 anos em 2000 e esta predominância entre os gêneros é resultado das elevadas taxas de mortalidade masculina e consequentemente a “feminilização do envelhecimento” (Chaimowicz, 2013; IBGE, 2023).

As mulheres vivem mais do que os homens em praticamente todas as partes do mundo (Lebrão, 2007). Os desafios gerados são consideráveis, produzem significativos impactos, do ponto de vista conceitual, comportamental e estrutural nos modelos de famílias e dos papéis relacionados aos gêneros (Chaimowicz, 2013).

Uma pessoa nascida no início do século XX tinha uma expectativa de vida circundava (33,7 anos), 1950 (43,2), 1960 (55,9 anos), 1980 (63,5 anos), 2000 (68,5 anos), 2020 (74,8 anos), 2022 (75,5 anos), em média (Pessini, 2003).

Impreterivelmente tais mudanças produzem significativos impactos, do ponto de vista conceitual, comportamental e estrutural nos modelos de famílias e dos papéis relacionados aos gêneros. Em 2022, a população brasileira, 51,5% (104.548.325) eram mulheres e 48,5% (98.532.431%) eram homens, uma disparidade demográfica de 6,0 milhões de mulheres a mais do que homens (IBGE, 2022).

A expectativa para 2025 é que a população brasileira alcance aproximadamente 31,8 milhões de pessoas nessa faixa etária, apontando para as oportunidades e desafios a serem enfrentados pelos gestores na formulação de políticas públicas e dos serviços de saúde que atendam às necessidades específicas ligadas ao gênero feminino (Alves, 2022).

Entre 2045 e 2050, a expectativa de vida ao nascer feminina eleva-se para 90 e 95 anos, e a masculina 85-90 anos (Kalache; Veras; Ramos, 1987; Pessini, 2003; Brasil, 2017; IBGE, 2023).

E, são reflexos das transformações em outras esferas sociais como, o crescimento de domicílios chefiados por mulheres, e essa motivação, a “mola propulsora” dessa evolução, firma-se no fato, da revolução sociocultural, da ascensão profissional feminina no mercado de trabalho; consequentemente emancipação das mulheres pela capacidade de autossustentar-se, entre outros (Cavenaghi; Alves, 2018).

Ao longo das últimas décadas, a região Sul destaca-se pela concentração de famílias monoparentais femininas tanto nos centros urbanos quanto nas periferias. No Rio Grande do Sul o número de idosos ultrapassou o de crianças registrando 115 idosos para cada 100 crianças de 0 a 14 anos (115,0), o Rio de Janeiro vem logo atrás (105,9). A região Sudeste tem o maior número absoluto de mulheres chefes de família e, pela primeira vez, o censo identificou a maior razão do sexo feminino na região Norte (Cavenaghi; Alves, 2018; IBGE, 2022).

Outro fator ligado ao gênero é a expansão da escolarizada das mulheres desde a segunda metade do século XX devido a massificação do ensino universitário, haja visto que, a maioria da população era analfabeta até o início da década de 60 e as pessoas alfabetizadas eram predominantemente, “homens brancos”, a disseminação de métodos anticoncepcionais, a queda de fecundidade e mortalidade infantil as mulheres passaram a investir em educação, fato que contribuiu para sua incorporação ao mercado de trabalho e adiar a maternidade, atitude que favoreceu para o surgimento de um “bônus demográfico feminino”(Cavenaghi; Alves, 2018).

Para Lebrão (2007) ao mesmo tempo que as mulheres vivem por mais tempo, elas estão expostas às violências, agressões (físicas, psicológicas e emocionais), persiste as discriminações no acesso à educação, saúde, renda, alimentos nutritivos, baixo acesso à justiça, trabalho significativo, as desigualdades salariais, acesso a heranças, as medidas de

segurança sociais e dos poderes políticos.

Os sistemas de saúde necessitam ter uma perspectiva de curso da vida e as demandas relacionada à promoção da saúde, prevenção de doenças, as dimensões de acesso justo aos cuidados de saúde individuais, familiares e na coletividade, de longo prazo de qualidade (OMS, 2005, p. 21).

No Sistema Unico de Saúde, indivíduos com mais de 75 (setenta e cinco) anos quando hospitalizadas inevitavelmente adicionam um aumento do custo médio de atendimento intrahospitalar por pessoas, demanda maior investimento em recursos humanos e altos custos nos tratamentos, algo em torno de sete vezes mais do que em outros segmentos etários, cerca de 30% do total dos recursos gastos devido a carga de doenças crônicas e ao excesso de medicalização (Kalache; Veras; Ramos, 1987; Pessini, 2003)

4 CONCLUSÃO

Nesse sentido, percebemos a concretização das estatísticas haja visto o aumento expressivo do número de pessoas idosas e aos desafios gerados. E, que devem ser considerados pelo Estado e toda a sociedade impreterivelmente. Porém, nos parece haver um desinteresse dos gestores e da população na preparação do país para lidar de modo adequado com este segmento etário, na necessidade de investimentos e, em reformas tanto nos sistemas de saúde quanto na assistência social para que possam oportunizar um envelhecimento saudável aos cidadãos.

A análise desse fenômeno deve ser trabalhada com urgência, visto que o Brasil possui uma grande extensão territorial e aos fortes níveis de concentração populacionais nas regiões Sudeste, Nordeste e Sul, respeitadas as disparidades sociais e econômicas de acordo com as peculiaridades locais regionais.

Em especial àquelas de relacionadas a proteção social, haja vista que o envelhecimento implica em um aumento nos riscos para o desenvolvimento de vulnerabilidades de natureza biológica, socioeconômica e psicossociais e, que interagem fortemente com processos socioculturais devido as dimensões étnicas, raciais, de gênero, do credo, religião, orientação sexual, territorialidade, condições econômicas e grupos sociais, entre outras, e que fatalmente determinam o modo de “ nascer, viver, adoecer, envelhecer e morrer” dos indivíduos, dos diferentes povos e grupos sociais.

A implementação de políticas públicas que considere os efeitos dos determinantes sociais contribui para que o Estado se antecipe na prevenção da iminente “avalanche de problemas” numa tentativa genuína de reduzir o sofrimento dos cidadãos idosos e das famílias através de uma abordagem humanista.

O Brasil tem se preparado, mas o desafio é considerável devido a necessidade de formulação de estratégias mais concisas na promoção e prevenção de condições crônicas considerando o ambiente físico e social que as pessoas idosas estão inseridas e que determinam um “envelhecer ativo, digno, autônomo e com qualidade de vida”. Mas, a hora de agir é agora.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia. **OMS divulga metas para 2019: Desafios impactam a vida dos idosos**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível: <https://sbgg.org.br/oms-divulga-metas-para-2019-desafios-impactam-a-vida-de-idosos/>

CAVENAGHI, S., ALVES, J.E.D. **Mulheres chefe de Família no Brasil: Avanços e Desafios**, Rio de Janeiro. Estudos sobre Seguros. Rio de Janeiro: ENS-CPES, 2018. Disponível: https://ens.edu.br/arquivos/mulheres-chefes-de-familia-no-brasil-estudo-sobre-seguro-edicao-32_1.pdf

CHAIMOWICZ F. **Saúde do idoso**. Flávio Chaimowicz com colaboração de: Eulita Maria Barcelos, Maria Dolores S. Madureira e Marco Túlio de Freitas Ribeiro. – Belo Horizonte: Nescon/UFMG, Coopmed, 2009. 172p. : il., 22x27cm. Disponível: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/3836.pdf>

IBGE. Censo 2022: **número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos**. Disponível: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos>

KALACHE, Alexandre, VERAS, Renato P. e RAMOS, Luiz Roberto. **O envelhecimento da população mundial: um desafio novo**. *Revista de Saúde Pública* [online]. 1987, v. 21, n. 3 [Acessado 10 Março 2024], pp. 200-210. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/RRbSJj3PsLtCXyLPqzTJh6Q/?format=pdf&lang=pt>

LEBRÃO, Maria Lúcia. **O Envelhecimento no Brasil: aspectos da transição demográfica de epidemiológica**. Saúde Coletiva, São Paulo, bimestral, ano. 4, n. 017, p. 135-140, 2007. Disponível: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7531583/mod_resource/content/2/Lebr%C3%A3o%2C%20O%20envelhecimento%20no%20Brasil.pdf

OMS. Organização Mundial da Saude. **Envelhecimento ativo: uma politica de saude**/World Heath Organization. Tradução Suzana Gontijo. Brasília/DF. Organização Pan-Americana da Saude, 2005. 62p. Disponível: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/7685/envelhecimento_ativo.pdf?sequence=1&isAllowed=y

ONU. Nações Unidas no Brasil. **Mundo terá 2 bilhões de idosos em 2050; OMS diz que “envelhecer bem deve ser prioridade global”**. Disponível: <https://brasil.un.org/pt-br/55124-mundo-ter%C3%A1-2-bilh%C3%B5es-de-idosos-em-2050-oms-diz-que-envelhecer-bem-deve-ser-prioridade-global>

PESSINI, Leo. **Envelhecer com saude Ecos da II Assembleia Mundial sobre o envelhecimento**. Editora Paulus [online]. 2003, pp. 20-25. Disponível em: <https://www.vidapastoral.com.br/artigos/bioetica/envelhecer-com-saude-ecos-da-ii-assembleia-mundial-sobre-o-envelhecimento/>

VERAS, Renato. **Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações**. *Revista de Saúde Pública* [online]. 2009, v. 43, n. 3 [Acessado 10 Março 2024], pp. 548-554. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-89102009005000025>>. Epub 17 Abr 2009. ISSN 1518-8787. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102009005000025>.